

5

Considerações finais

O risco é algo latente na cidade do Rio de Janeiro, marcada por estar situada entre os diversos maciços presentes na cidade, com morros contidos em áreas com população abastada da cidade e nas áreas mais pobres. A população pobre em busca de trabalho e de moradia acabou ocupando essas encostas.

A relação entre áreas de risco e a ocupação de favelas constitui-se em um uso do solo típico das cidades brasileiras, criadas sem planejamento urbano adequado e sem possibilidades de habitação para a população pobre, e que Raquel Rolnik (1997, p. 7) denomina de urbanismo de risco, definido como a seguir:

Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem estes mercados de moradia para os pobres são, normalmente, justamente aquelas que pelas características ambientais são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. As construções raramente são estáveis, e a posse quase nunca totalmente inscrita nos registros de imóveis e cadastros de prefeituras.

Quando em nosso objeto de estudo abordamos o atual processo de remoções em favelas justificado pelo discurso do risco, vemos tal processo não como algo que acontece somente em determinado momento, mas como um acontecimento contínuo, no qual a remoção das favelas é algo marcadamente histórico, que teve início praticamente junto com seu surgimento, e que por vários períodos volta à tona pelos mais diferentes motivos; seja pelo risco de deslizamentos, pela denominada questão ambiental ou pela violência, que também era e é vista como risco, sendo alardeada pela mídia diariamente.

O discurso do risco também já fora utilizado em outros períodos, também em grandes chuvas que ocorreram na cidade, porém no atual processo foi marcado por uma continuidade, e tornou-se ainda mais forte com os Megaeventos. O risco acabou se tornando praticamente um alibi para a remoção das favelas, por ser uma das poucas ocasiões em que ela é amparada pela legislação urbana vigente.

Como percebemos ao longo deste trabalho, quando o Rio de Janeiro tornou-se a sede dos Grandes Eventos, a cidade passou a ter um processo intenso

de especulação imobiliária, valorização dos imóveis e mercadificação da cidade, o que gerou a ainda maior elitização de áreas da cidade, visto o aumento do preço da moradia, e também o encarecimento de outras variáveis referentes ao custo de vida na cidade. Tal fato acabou por expulsar parcelas da população de determinadas áreas, que se viram obrigadas a migrar para as periferias da cidade.

Dessa forma, o direito à moradia, o qual “compreende também o direito de toda pessoa a ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental.” (DOSSIE, 2015, P. 43), não é respeitado. As famílias são retiradas de suas casas, subtraindo-as não só de sua moradia, mas também da convivência com amigos e familiares, da proximidade do seu trabalho, do seu lugar na cidade e da sua cidadania; para serem colocados em locais distantes de seu lugar de origem, com precária infraestrutura urbana, comércio e serviços, dificultando ainda mais a dolorosa saída dessa população de suas moradias.

Assim, as políticas públicas do Estado perpetuam a fragmentação e a desigualdade espacial da cidade, pois procuram retirar os pobres do perímetro ou mesmo do entorno das áreas abastadas, e os jogam para longe, para que não continuem a incomodar os mais ricos. Percebemos com isso, que a produção do espaço é dotada de intencionalidade, e

o espaço (multidimensional), feito território em jogos de apropriação e/ou dominação socialmente mais justos do que os que vigoram até agora, torna-se dimensão fundamental para se estabelecer um desenvolvimento autêntico e sustentabilidades particulares, com características de autonomia, portanto participantes inequívocos das transformações sociais. (RUA, 2007, P. 172)

Outro importante fator a ser lembrado é que o discurso do risco foi apropriado pelo contexto dos Megaventos para servir a este no que concerne à expectativa de efetuar remoções. Esse processo foi realizado juntamente com a venda da cidade, sua mercadificação, em que a cidade que efetua a redução de suas favelas, busca melhores condições de vida para seus habitantes, conserva o ambiente, mas que na verdade mascara tudo isso em um aparente legado ambiental.

Um ponto a ser tocado é que inicialmente a metodologia do trabalho compreendia a visita a algumas favelas, juntamente com a realização de

entrevistas com alguns moradores, a fim de descobrir como se dava essa relação dos moradores com as áreas de risco, para além do discurso do Estado e daquele que fazemos na vida acadêmica.

Porém, vivemos um momento controverso na cidade, em que anos após a instalação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), em que a primeira delas foi localizada na Favela Santa Marta, em Botafogo, em 2008, a violência voltou a assolar a população das favelas.

Quase nove anos após a inauguração dessa primeira UPP²⁹, outras foram instaladas ao longo dos anos, geralmente em áreas interessantes ao mercado imobiliário, em favelas da zona sul da cidade, em outras nos arredores do estádio do Maracanã (na região da Grande Tijuca), em favelas próximas à Barra da Tijuca (principal local de competições para os Jogos Olímpicos – como na Cidade de Deus), favelas ao longo de vias expressas importantes da cidade (Caju, Maré...), dentre outras.

No início, em algumas comunidades, as UPPs possibilitaram uma aparente sensação de tranquilidade para a população, porém, nos últimos tempos, a insegurança e o medo voltaram a assolar a população, com tiroteios, incursões policiais, além de bandidos com armamento ostensivo ao longo da favela. O medo de confrontos armados, portanto, voltou a estar presente nas favelas, e consequentemente nas cidades.

Com isso, meu inicial cronograma de visitas teve que ser constantemente alterado, até que não foi mais possível realizá-las, visto o cronograma apertado para a entrega do trabalho final, além dos constantes confrontos entre policiais e traficantes. Assim, como metodologia, utilizamos uma vasta gama de referências bibliográficas, notícias de jornais, e o dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas.

Voltando a questão do risco, sabemos que a população é exposta ao risco de forma desigual, isso acontece devido à fragmentação da cidade e à segregação espacial da população, que acaba por concentrar o risco em algumas áreas, geralmente aquelas que são habitadas pela população mais pobre. (VEYRET, 2007)

²⁹ Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/historico>

Na cidade do Rio de Janeiro, as favelas concentram uma boa parte do risco ambiental presente na cidade. Porém, o problema não é a apenas a existência do risco, o problema encontrado são as políticas públicas (ou a falta delas) e as estratégias utilizadas pelo Estado para lidar com esse risco.

As remoções acabam por serem institucionalizadas como se não houvesse outra opção, e o que mais chama atenção nesses casos é a ausência de laudos que explicitem o risco ambiental. Com isso, os moradores denunciam que por trás das remoções encontram-se grandes interesses imobiliários.

Famílias removidas com base em decretos ilegais, ameaças e coerções constantes, interrupção de serviços urbanos básicos como forma de pressão, demolições noturnas e violência física constituem a Política Habitacional do Rio de Janeiro hoje, guiada pelos interesses do mercado imobiliário em limpar áreas centrais já consolidadas e abrir novos caminhos de expansão para seus empreendimentos. O fim de todas as remoções deve ser imediato, mas também a construção de uma Política Habitacional ampla, participativa e democrática que garanta o direito à moradia digna para toda população do Rio de Janeiro, com especial atenção para as necessidades das crianças (escolas, tratamento médico e atividades de lazer). (COMITÊ, 2015, P. 169)

Assim, conforme visto em Ferreira (2011), percebemos que o Estado, que teria o papel de diminuir a desigualdade espacial, acaba por reafirmá-la com suas políticas segregadoras e que visam o interesse das classes dominantes.

Essa contradição é vista não apenas no tratamento do risco, que é diferenciado quando se encontra em áreas pobres e em áreas abastadas. São percebidas também contradições na remoção da população e no reassentamento desta, em um deslocamento involuntário e compulsório das pessoas, com a mudança não só de sua moradia, mas de todas suas relações sociais, segregando ainda mais a população pobre, enquanto privilegia a elite e a especulação imobiliária sob o pretexto de valorização dos espaços da cidade.

Como vimos, esse processo possui muita relação com o planejamento estratégico, de cumprir as metas estabelecidas por ele e com a necessidade de vender a imagem da cidade. Dessa forma, a remoção de favelas tornou-se uma estratégia necessária por tal plano para cumprir as metas de redução da área de favelas e da retirada da população de áreas de risco, quando outras alternativas poderiam ter sido utilizadas.

Outro problema encontrado e que merece destaque nessa nossa última análise refere-se à falta de transparência da prefeitura quanto às remoções. Dessa maneira, remoções são realizadas sem informar a população o porquê de estarem sendo removidas, e sem possibilitar a mesma a participação no processo de decisão e na confecção dos diagnósticos de risco. E assim, não são apresentadas alternativas às remoções ou mesmo um reassentamento, ou compensação, dignos para essa família.

Essa política de perceber a favela como problema para a cidade, que deve ser exterminada, acontece ao longo de toda a história da própria favela, pois como vimos, a mesma foi combatida ao longo de toda sua existência, em que os termos erradicação e remoção são constantemente utilizados e de tempos em tempos voltam à tona, com justificativas diversas. Nesse último período, a justificativa do risco, incluindo a justificativa ambiental, e os Grandes Eventos, foram a saída perfeita para possibilitar as remoções.

Lembrando que a proliferação das favelas, seu crescimento exacerbado, aconteceu devido a ausência de políticas públicas de habitação para atender a necessidade crescente de moradias da população mais pobre. Dessa forma, o próprio Estado falhou em garantir a habitação para a população pobre, e depois quer retirar essas famílias de onde se alojaram e constituíram sua vida; o Estado, assim, erra mais de uma vez e prejudica mais de uma vez essa população.

Sendo assim, Azevedo e Faulhaber (2015, p. 19) nos deixam claro que o projeto da cidade é excludente para a população mais pobre, seja aquela moradora de favelas, ou de outras periferias, aumentando sua vulnerabilidade a problemas ambientais ou sociais, bem como processos de gentrificação, de expulsão dessa população de seu lugar, devido ao encarecimento do valor da moradia, assim “‘Gentrificar’ ou ser ‘gentrificado’ não é uma escolha como nos tentam colocar. Faz parte de uma política.”

Falta a essa população o direito à cidade, ao morador da favela se constituir verdadeiramente em um cidadão, reduzindo sua segregação espacial, bem como a dicotomia entre favela/cidade, percebendo que a favela é parte da cidade, e a cidade não existe sem a favela, e com isso reconhecendo sua importância histórica e cultural.

A utopia do direito à cidade, no caso específico do Rio de Janeiro, começa, obrigatoriamente, pela superação da visão dicotômica favela-cidade. Para isso, é preciso que os moradores da favela possam sentir-se tão cidadãos quanto os que têm moradias fora das favelas. (OLIVEIRA, 2006, p. 63)

É preciso ter em conta que “esse direito conduz à participação ativa do cidadão-cidadino no controle do território, na sua gestão, cujas modalidades permanecem por precisar. Ele conduz também à participação do cidadão-cidadino à vida social ligada ao urbano” (LEFEBVRE, 1986); ou seja, a importância da participação da população na tomada de decisões, de ser ouvido, e assim ser um verdadeiro cidadão.

Nessa ideia de que a favela é parte integrante da cidade devemos pensar em alternativas a esse processo de remoção, gentrificação, erradicação, que tem andado em conjunto nas políticas públicas dos poderosos atores da cidade dita “maravilhosa”. No que concerne ao risco, políticas públicas de mitigação do risco, com a realização de obras como de contenção de encostas, drenagem, limpeza de ruas, juntamente com políticas de educação e conscientização ambiental da população que vive nessas áreas propensas ao risco devem ser intensificadas para que haja a redução de algum tipo de desastre. Além disso, a remoção deve ser a última opção a ser considerada, apenas quando todas as outras medidas forem esgotadas e quando não houver mais possibilidade alguma. E mesmo quando ela for realizada, que seja de maneira justa e transparente, justificando e possibilitando a participação da população na tomada de decisões, além de um reassentamento ou indenização que seja justo e coerente.

Dessa forma, os moradores de favela devem lutar e resistir a essas práticas segregadoras e excludentes. As pessoas que estão nas favelas não podem apenas sobreviver, elas precisam viver com qualidade de vida, com suas relações interpessoais. Pois quando são removidas, não retiram da população somente sua casa, seu local de moradia, retiram daquela população o seu lugar, suas relações de pertencimento, pois como foi muito bem mostrado por Ferreira (2011, p. 275), “o habitar transcende a moradia, pois significa viver a cidade em toda sua intensidade e complexidade.”

E mais, deve-se reconhecer a favela como parte da cidade, com suas particularidades, e inseri-la no contexto da participação popular nas políticas públicas.

Sendo assim, a Geografia tem importância fundamental na análise de todo esse processo, pois ela aborda exatamente a relação entre a sociedade e a natureza, que deve ser tratada de forma integrada, em que uma não consegue sobreviver sem a outra. Dessa forma, quando abordamos teoricamente um aspecto que seria mais natural, o risco, com outro que seria mais humano, a favela, percebemos que um não existe sem o outro, sem o seu conjunto de relações, sem a sua importância para o ambiente. Portanto, uma perspectiva totalizadora é fundamental para tal processo.

Assim, quando inserimos o risco em áreas de favelas, estamos mostrando claramente que o risco somente existe quando encontramos uma população que pode ser afetada por ele, espacializando e contextualizando o saber geográfico com a realidade encontrada na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma a Geografia tem papel de destaque, em que “(...) a geografia socioambiental deve emanar de problemáticas em que situações conflituosas, decorrentes da interação entre sociedade e natureza, explicitem degradação de uma ou de ambas.” (MENDONÇA, 2001, p. 124)

Com isso, não podemos dicotomizar o saber geográfico, entre as chamadas “Geografia Física” e “Geografia Humana”, pois elas estão sempre integradas, como no objeto desse trabalho, com o atual processo de remoções de favelas justificado pelo discurso do risco. Corroboramos essa ideia com o seguinte pensamento: “(...) o conhecimento na Geografia deixa de ser físico ou humano para se tornar geográfico, é necessário compreender os problemas socioambientais na lógica da complexidade.” (BÊZ e FIGUEIREDO, 2011, p. 64)